

AMBIENTE

Não há neutralidade das escolhas nem consenso sociopolítico

Dogmatismo tecnocientífico e governação em tempos de crise: uma reflexão sobre as alterações climáticas

Postulando um suposto consenso sobre a crise climática e a transição energética, as instâncias decisoras internacionais e os governos nacionais, como o português, retiram visibilidade às escolhas que estão por trás das respostas. Estas são feitas no quadro de um sistema capitalista incapaz de resolver os problemas, como se vê a cada cimeira do clima. Como mobilizar a reflexão crítica para um combate alternativo às alterações climáticas?

ANTÓNIO CARVALHO *

As sociedades contemporâneas são decisivamente marcadas por questões de ciência, tecnologia e saúde, e a governação é inevitavelmente moldada por grandes narrativas que orientam os horizontes políticos e a construção de futuro(s). Uma narrativa que, nos últimos anos, se tem assumido enquanto hegemónica no panorama internacional diz respeito às alterações climáticas, e o caso de Portugal não é excepção. Devido à globalização do capital e à integração europeia, as políticas nacionais assumem um registo mimético que frequentemente reproduz a ideologia europeia e global – sustentabilidade, transição energética, transição digital, etc. –, plasmada em documentos como a Agenda 2030 ou os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os grandes objectivos ao nível da ciência, tecnologia e saúde são frequentemente desenvolvidos por entidades transnacionais não-sufragadas, cujos líderes não são democraticamente eleitos pela população dos países que posteriormente transpõem estas directivas, recomendações e linhas orientadoras para os contextos nacionais. Nesse sentido, é importante que estas orientações se apresentem como neutras, rigorosas e «científicas», isto é, resultantes do que geralmente se designa como «evidência», para que as respostas sejam também elas «objectivas» e «imparciais». Acima de tudo, é importante que as orientações se assumam como consensuais, articulando o rigor científico com uma ética humanista que visa proteger, emancipar e tornar as populações mais «resilientes», assim como proteger o planeta.

Partindo do caso português, este artigo debruça-se num exemplo daquilo que pode ser designado por «dogmatismo tecnocientífico»: a resposta às alterações climáticas.



PAULO ARRAIANO . *Meanwhile, at Home* (2017) . Cortesia da Galeria Uma Lulik, Lisboa

Este estudo de caso permite uma reflexão crítica sobre a governação contemporânea, expondo algumas das contradições resultantes da designada «transição energética».

As alterações climáticas

As alterações climáticas têm vindo a ser apresentadas, ao longo das últimas décadas, como uma emergência planetária resultante

das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) desde a revolução industrial. A origem indiscutivelmente antropogénica deste fenómeno tem levado alguns autores a propor conceitos como Antropoceno ou Capitaloceno para designar uma época geológica do «Homem» ou do «capital», respectivamente, ilustrando como o aquecimento global e os fenómenos meteorológicos extremos estão indelevelmente associados à uti-

lização maciça de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural).

Face a este cenário, têm vindo a ser desenvolvidas políticas de descarbonização das sociedades, frequentemente encabeçadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), através das Conferências das Partes (COP, na sua sigla em Inglês). Estas conferências globais resultam, amiúde, em acordos e protocolos – como, por exemplo, o Protocolo de Quioto ou,

mais recentemente, o Acordo de Paris – que apresentam linhas-orientadoras para a governação global e nacional em matéria de acção climática. Por exemplo, no caso do Acordo de Paris, o objectivo é preferencialmente limitar o aquecimento global a 1,5° acima do período pré-industrial, exigindo um corte de emissões de GEE de 50% até 2030.

Apesar destas «boas intenções», as emissões de dióxido de carbono continuam a aumentar desde 1995, o ano em que foi realizada a primeira COP, em Berlim. Estima-se que, desde 1990, as emissões globais de dióxido de carbono tenham aumentado 53%, o que é um claro atestado de incompetência às COP, demonstrando a incapacidade global de atingir a neutralidade carbónica^[1]. No entanto, apesar do falhanço das políticas de mitigação, as alterações climáticas continuam a ser o cavalo de batalha de diversas instituições, influenciando áreas tão heterogéneas como o financiamento da Ciência e Tecnologia, políticas públicas, a emergência de movimentos sociais, padrões de consumo, ética e o próprio sistema financeiro.

Face à crise climática, a União Europeia assumiu como urgente o processo de descarbonização das economias, almejando atingir a neutralidade carbónica até 2050 (o que não significa anular completamente as emissões de dióxido de carbono mas sim alcançar um balanço líquido neutro entre o dióxido de carbono que é emitido e removido da atmosfera); em 2016, o governo português comprometeu-se com esse mesmo objectivo^[2]. É neste contexto que emerge aquilo que se designa por «transição energética», alicerçada na descarbonização do sector electroprodutor e dos transportes, e no abandono progressivo dos combustíveis fósseis, partindo da possibilidade de que as alterações climáticas poderão ser revertidas, ou minimizadas, através da redução das emissões de dióxido de carbono.

A Lei de Bases do Clima, aprovada pela Assembleia da República em 31 de Dezembro de 2021, apresenta os principais mecanismos de acção climática a nível nacional, reproduzindo o dogmatismo tecnocientífico da União Europeia^[3]. Os designados «instrumentos de política sectorial do clima» incluem secções dedicadas à transição energética, cadeia agro-alimentar, estratégias de sequestro de carbono, educação climática, investigação, desenvolvimento e inovação, cooperação internacional, economia verde e transição justa e fiscalização. Este arquipélago político e legislativo opera como um dispositivo de governação assente em burocracias, soluções de tipo tecnológico e na «educação» da população, implementando um reducionismo carbónico que desvaloriza a complexidade da crise socio-ecológica e gera novas oportunidades de negócio «verde» para os agentes económicos historicamente responsáveis pela crise climática.

O movimento pela justiça climática, cuja presença em Portugal é cada vez mais signi-

ficativa, descontente com a resposta hegemónica à crise climática, reivindica não só uma aceleração dos processos de transição, mas também uma transição dita justa, que responda de forma robusta às desigualdades sociais e entre o Norte e o Sul global, rejeitando a cooptação capitalista da transição energética. Do ponto de vista sistémico, pode-se argumentar que o movimento pela justiça climática opera uma injunção emancipatória e transformadora do dogmatismo tecnocientífico, apresentando o combate à «crise climática» como uma reivindicação popular – das bases – e não como uma expressão de agendas globais e corporativas, contribuindo para afirmar as alterações climáticas como um fenómeno social ineludível.

Em Novembro de 2022, activistas da Greve Climática Estudantil Lisboa ocuparam seis escolas e faculdades em Lisboa, reivindicando o fim dos combustíveis fósseis, seguindo o apelo «Fim ao fóssil: Ocupa!»^[4]. Quatro alunos que ocupavam a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa acabaram por ser detidos^[5]. Face ao vislumbre de um futuro sombrio de apocalipse climático, os jovens sentem-se impelidos a agir contra o tempo, como se estivessem encerrados nas intermináveis burocracias e inacção dos líderes políticos, incapazes de cumprir as promessas da acção climática.

Contudo, para além de mobilizar movimentos sociais e precipitar a acção política, a narrativa do combate às alterações climáticas e da transição energética também serve de alicerce ideológico para justificar novas formas de extrativismo «verde». Em Portugal a mineração de lítio é indubitavelmente a principal controvérsia ambiental actual e, apenas num dia (28 de Outubro de 2021), foram assinados 14 contratos de prospecção e exploração^[6].

Este minério é considerado fundamental para a construção das baterias dos veículos eléctricos e para a designada «transição energética», assumida como prioridade pela União Europeia e pelo governo português. As populações locais, de norte a sul do país, recebem os impactos ambientais, económicos e até culturais da mineração de lítio, que poderá transformar os seus territórios em zonas de sacrifício. Covas do Barroso, Serra d'Arga, Montalegre e várias outras localidades ricas neste minério correm o risco de se transformar em altares sacrificiais de um dogmatismo tecnocientífico que apresenta o extrativismo como fundamental para cumprir a meta da neutralidade carbónica, revelando uma contradição perversa: a necessidade de destruir ecossistemas, biodiversidade e modos de vida locais em nome da «acção climática».

Outros projectos que têm gerado contestação incluem, por exemplo, a recentemente aprovada construção de uma megacentral fotovoltaica em Santiago do Cacém, no litoral alentejano. Esta central vai implicar o abate de um milhão e meio de árvores (sumidouros naturais de dióxido de carbono), estimando-se que ocupe mais de 1200 hectares^[7]. Ape-

sar da mobilização local, nomeadamente através do movimento «Juntos pelo Cercal», assiste-se a mais uma contradição da designada «transição energética» e do dogmatismo tecnocientífico no qual esta assenta.

Para além das «contradições» anteriormente elencadas, o dogma tecnocientífico das alterações climáticas também tem motivado o desenvolvimento de tecnologias emergentes de manipulação climática, como a Geoengenharia, que visa reverter os efeitos da acção humana no sistema climático terrestre através da gestão da radiação solar (GRS) ou da remoção de dióxido de carbono (RDC)^[8]. Algumas possibilidades incluem, por exemplo, a injeção de sulfatos na estratosfera para reflectir a radiação solar de volta para o espaço. Estas tecnologias distópicas encontram-se em fase de desenvolvimento, porém, não podemos descurar o papel da crise climática enquanto dispositivo que justifica abordagens controversas para evitar a subida da temperatura, independentemente dos seus efeitos colaterais (a maioria das quais não é possível antecipar).

Há também o risco de as alterações climáticas se transformarem num dispositivo de controlo social e de empobrecimento da população. A economista Mariana Mazzucato mencionou a possibilidade de se desenvolverem «confinamentos climáticos»^[9], e a Doconomy, uma empresa sueca dedicada à acção climática do dia-a-dia, lançou um cartão de crédito com um limite na pegada de carbono, designado como DO Black. A União Europeia chegou recentemente a um acordo que prevê cobrar pelas emissões resultantes do aquecimento de edifícios^[10], tendo em conta que boa parte da população portuguesa é particularmente vulnerável em relação à pobreza energética, e por isso recorre à biomassa (vulgarmente designada como «lenha»), podemos estar perante uma medida punitiva que, em nome da «crise climática», vai contribuir para agravar as desigualdades socioeconómicas.

Imaginar e mobilizar formas emergentes de soberania

Historicamente, as crises tendem a ser mobilizadas para justificar escolhas políticas que outros contextos poderiam ser consideradas draconianas e autoritárias. Em Por-

tugal, a «crise climática» é, actualmente, uma narrativa mobilizada para justificar a mineração de lítio contra os interesses e vontades das populações locais, independentemente dos seus custos ambientais e socioeconómicos, assim como projectos controversos, como as megacentrais fotovoltaicas, que obrigam ao abate de árvores, sumidouros naturais de dióxido de carbono, e impedem outros usos do solo (agrícolas ou florestais, por exemplo). Como as alterações climáticas assentam numa racionalidade e lógica «global» – até porque a sua gestão frequentemente brota de recomendações e directrizes de organizações como as Nações Unidas e a União Europeia –, o rural «desertificado» e «deprimido» pode ser sacrificado em função de interesses mais vastos, atropelando-se a soberania local e nacional.

Em jeito de conclusão, torna-se relevante ressaltar alguns dos elementos do dogmatismo científico que sustenta a narrativa das alterações climáticas e os seus efeitos: a normalização da tecnociência enquanto base da acção política; a coordenação entre instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais; a aparente neutralidade e objectividade da gestão da crise, que mascara processos de transferência de capital, o sacrifício da biodiversidade e a cooptação da transição energética por interesses empresariais; uma visão prometeica e salvífica da ciência para evitar os efeitos das alterações climáticas, através, por exemplo, de tecnologias «verdes» (como os veículos eléctricos), que exige sempre uma resposta mediada pelo sistema capitalista; a desvalorização das vozes dissidentes que colocam em causa o dogmatismo tecnocientífico e o consenso sociopolítico deste tema.

Tendo em conta o processo de integração europeia e a crescente dependência de Portugal em relação a financiamento europeu, e dado o seu carácter semiperiférico, é fundamental imaginar e mobilizar formas emergentes de soberania, reconhecendo o crescente entrosamento entre movimentos sociais, *media* e dogmatismos tecnocientíficos, assim como a galopante capacidade dos dispositivos de controlo tecnopolítico de antecipar e gerir fenómenos de dissidência individual e colectiva. ■

* Professor auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais.

[1] Cf. www.statista.com/statistics/1285502/annual-global-greenhouse-gas-emissions.

[2] António Carvalho, Vera Ferreira e Ana Raquel Matos, «Ontologias do Antropoceno: Crise climática, respostas sociopolíticas e tecnologias emergentes», *Forum Sociológico*, série II, n.º 38, 2021, pp. 5-13.

[3] Cf. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/98-2021-17690748>.

[4] Aline Flor, «Estudantes ocupam seis escolas e faculdades em Lisboa para exigir fim dos combustíveis fósseis», *Pública*, 7 de Novembro de 2022, www.publico.pt.

[5] Cláudia Carvalho Silva, «Lutar pelo clima não é crime»: julgamento de alunos detidos continua em Dezembro», *Pública*, 29 de Novembro de 2022.

[6] «Governo assina num só dia 14 contratos de exploração mineira», *Expresso*, 4 de Novembro de 2021, <https://expresso.pt>.

[7] «Mega central fotovoltaica. Luz verde a projeto que vai ocupar 1.200 hectares», RTP, 10 de Fevereiro de 2023, <https://www.rtp.pt>.

[8] António Carvalho e Mariana Riquito, «“It's just a Band-Aid!": Public engagement with geoengineering and the politics of the climate crisis», *Public Understanding of Science*, vol. 31, n.º 7, 2022, pp. 903-920.

[9] Mariana Mazzucato, «Avoiding a climate lockdown», WBCSD, 21 de Outubro de 2020, www.wbcsd.org.

[10] DN/Lusa, «Acordo na UE sobre vasta reforma do mercado de carbono», *Diário de Notícias*, 18 de Dezembro de 2022, www.dn.pt.